

Crise ameaça a Constituinte

Nordestinos se revoltam e PDS pode destituir relatores

A revolta dos Constituintes do Norte e do Nordeste, que, inspirados pelos governadores nordestinos, viraram a mesa na eleição da Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição de Receitas, provocou um impasse político cujas consequências podem até mesmo levar à paralisação da Constituinte. O PDS está incorformado porque perdeu a presidência da subcomissão e ameaça retaliar: destituir, nas duas subcomissões que comanda, os relatores, nos dois casos do PMDB.

Para contornar a situação, o líder do PMDB, senador Mário Covas (SP), ontem mesmo conversou, por telefone, com o líder do PDS na Câmara, Amaral Netto (RJ). Hoje pela manhã, antes da reunião da bancada do PMDB, Covas, Amaral e o líder do PFL, deputado José Lourenço (BA), se encontram para buscar uma maneira de superar a crise. O deputado que tomou o lugar do PDS é do PFL: Benito Gama (BA).

O governador do Ceará, Tasso Jereissati, circulou antontem pelos corredores do Congresso, segundo se informa para pressionar diretamente constituintes do seu Estado, com o pro-

pósito de garantir ao Nordeste participação mais expressiva nos cargos da subcomissão. O governador de Pernambuco, Miguel Arraes, ligou há poucos dias para Mário Covas e, sem citar nomes, pediu que alguém do Nordeste fosse indicado relator. Covas, desde o princípio, firmou-se no nome do deputado Irajá Rodrigues (RS).

Irajá Rodrigues prometeu ir hoje a plenário e, em discurso, denunciar o jogo de pressões que marcou a escolha do presidente, dos vice-presidentes e do relator da subcomissão, uma das mais cobiçadas da Assembleia. Ontem à noite, ao sair do gabinete de Covas, Irajá disse acreditar em um "complô" por trás da rebeldia nordestina, destinado a manter o sistema tributário como está: onerando o salário sem atingir o patrimônio. Vice-presidente da Frente Municipalista Brasileira, Irajá considera que o gesto de romper o acordo partidário, praticado na Subcomissão de Tributos, também significa uma agressão aos municípios.

Ao sair de seu gabinete, às 21h30, Covas considerou desagradável o episódio. "Preferia que tivesse acontecido com o PMDB" (a

perda de cargos), para não indispor o partido com o PDS. Manifestou, no entanto, sua crença de que tudo se resolverá na conversa de hoje.

AMEAÇAS

Durante a sessão plenária da Constituinte, o líder do PDS, Amaral Netto, ameaçou destituir todos os relatores das comissões temáticas e subcomissões presididas por pedessistas. A ameaça poderá se concretizar em 48 horas, tendo como primeira vítima o relator da Comissão de Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições, deputado Prisco Viana (PMDB-BA).

O PDS gaba-se e orgulha-se de jamais ter deixado de honrar a sua palavra — disse o líder pedessista, denunciando que, ao contrário, o partido foi traído com a entrega da presidência da subcomissão de Tributos ao PFL, quando o cargo cabia ao PDS, que havia indicado o deputado Carlos Virgílio (CE).

Segundo Amaral Netto, a manobra violentou o regimento interno da Constituinte, já que o PDS acabou ficando com oito cargos, quando teria direito a nove pelo critério da proporcionalidade da bancada.



Eymael, Gama e Coelho: rebeldes vitoriosos

Ulysses quer que relatores cumpram prazos

"Se os prazos não forem cumpridos, não teremos promulgada a Constituição este ano". A declaração é do presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, que fará hoje um apelo a todos os presidentes e relatores das comissões e subcomissões temáticas, no sentido de que os prazos sejam cumpridos e, se for possível, reduzidos, de forma a permitir a promulgação do novo texto constitucional ainda este ano.

Ulysses reunirá os presidentes e relatores das comissões e subcomissões às 19 horas quando apresentará um extenso e aprofundado trabalho sobre os diversos temas a serem tratados pelas comissões, elaborado pelo jurista Miguel Reale Júnior.

Se depender do deputado Ulysses Guimarães, os constituintes não terão descanso até a promulgação do texto constitucional. Ele informou ontem que já está descartado o receso de julho e afirmou que "vamos trabalhar nos sábados, domingos, feriados, o que importa é a promulgação da Constituição este ano".

O deputado Ulysses Guimarães distribuiu ontem para as subcomissões, cerca de 400 propostas.

Informou que está lendo cada sugestão, uma a uma, porque algumas, segundo ele, ficam na fronteira entre duas comissões, e é preciso muito cuidado para que não sejam remetidas erradamente.

DÚVIDA

O presidente da Constituinte resolveu ontem, com o auxílio do jurista Miguel Reale Júnior, a dúvida levantada pelo deputado Haroldo Lima, do PC do B, sobre que subcomissão que discutirá o papel das Forças Armadas. A matéria será tratada pela Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança, ligada à Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições.

O presidente e o relator dessa comissão, já devidamente instalada, são, respectivamente, o senador Jarbas Passarinho e o deputado Prisco Viana. Da subcomissão específica, o relator é o deputado Rícaro Fiuza.

Propostas já são 400

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, distribuiu ontem cerca de 400 propostas de constituintes às 24 subcomissões, para serem debatidas pelos integrantes das subcomissões temáticas. Segundo ele, o trabalho para a distribuição das sugestões é muito minucioso e requer muita atenção para evitar que encaminhe matéria à subcomissão errada.

Segundo Ulysses Guimarães, muitas sugestões ficam na fronteira entre duas ou mais subcomissões, e que por isso o trabalho é muito criterioso. Lembrou que antes de distribuir as sugestões está fazendo um estudo detalhado sobre o que o parlamentar está propondo. Observou, ainda, que está preferindo encaminhar cada proposta ao presidente da subcomissão, para ganhar tempo na discussão da matéria.

O presidente da Constituinte disse que fez um estudo detalhado sobre qual subcomissão deveria ser encarregada de discutir o papel das Forças Armadas. Em sua opinião, deveria ficar na subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança.

REALE

O jurista Miguel Reale Júnior, assessor da presidência da Constituinte, fez um apanhado geral sobre as constituições da França, Portugal, Itália, Alemanha, Espanha e Grécia e também das constituições brasileiras de 34, 46, 67 e 69, onde coletou os principais tópicos sobre os diferentes assuntos, e entregou ao presidente Ulysses Guimarães, para servir de subsídio aos trabalhos de elaboração da nova Constituição Brasileira.

Chapa rebelde põe fim ao acordo

Venceu a chapa rebelde na Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas, vinculada à Comissão do Sistema Tributário, o deputado Benito Gama (PFL-BA) foi eleito presidente e indicou como relator o deputado Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE). Assim, foi rompido o acordo de lideranças partidárias que previa a eleição do deputado Carlos Virgílio (PDS-CE) como presidente e a designação como relator do deputado Irajá Rodrigues (PMDB-RS).

A rebeldia foi deflagrada ainda pela manhã, quando peemedebistas do Centro-Oeste, Norte e Nordeste perceberam que o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas (SP), estava inflexível quanto à indicação de Irajá Rodrigues. Eles queriam um relator do Nordeste. A articulação ganhou corpo e se estendeu aos outros partidos. Resultado: nem sequer foi respeitada a distribuição dos cargos de acordo com a representatividade dos partidos na Assembleia.

O principal pivô da articulação foi o próprio deputado Benito Gama, candidato a 2º vice-presidente na chapa oficial. Quando ficou candidato à presidência em nome dos rebeldes, Benito desestabilizou a composição inicial. Agora, três dos quatro deputados com cargos na subcomissão são do Nordeste: além de Benito e Bezerra Coelho, está como 1º vice o deputado Mussa Demes (PFL-PI). O 2º vice é o deputado José Maria Eymael (PDC-SP), cujo partido não tinha direito a cargo.

O movimento de reação, na verdade, começou quarta-feira passada, quando a Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças elegeu o deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ) como presidente. Este nomeou o deputado José Serra (PMDB-SP) como relator. O acordo entre as cúpulas partidárias foi cumprido à risca. Mas houve protestos. Desarticulado, um grupo de deputados e senadores do Norte e Nordeste — somaram apenas sete votos — tentou eleger o senador Divaldo Suruagy (PFL-AL) como presidente.

A rebeldia voltou a dar sinais de vida antontem à tarde, quando as três subcomissões deveriam escolher presidentes, vice-presidentes e relatores — estes também participam da Comissão de Sistematização. As eleições tiveram que ser adiadas para ontem, porque o PMDB não havia indicado os nomes dos constituintes que integrariam como titulares as subcomissões. Motivo: excesso de pretendentes na Subcomissão de Tributos. Eram 25 peemedebistas para 11 vagas.

No início da noite de terça-feira, conseguiu-se reduzir o número para 16. Mas estes estavam inflexíveis. Nenhum deles admitia renunciar por conta própria. A decisão ficou com o líder Mário Covas. Ontem pela manhã, Covas cortou cinco nomes da lista e os redistribuiu nas outras duas subcomissões.

Aconteceu, então, o que era previsível. Deputados insatisfeitos com sua exclusão passaram a tramular uma vingança: desalojar

dos cargos da Subcomissão de Tributos os constituintes indicados pelas lideranças dos partidos. Um dos cortados da subcomissão, o deputado Firmo de Castro (CE), participou abertamente das negociações com o objetivo de proporcionar ao Nordeste maior participação no órgão e, por tabela, na Comissão de Sistematização.

"Indico o deputado Irajá Rodrigues como candidato a relator". Quando fez isso, o deputado Paulo Macarini (SC), vice-líder do PMDB encarregado de acompanhar a Comissão do Sistema Tributário e suas três subcomissões, apenas cumpria um ritual. Ele e o gaúcho Irajá sabia que o presidente da Subcomissão de Tributos, deputado Benito Gama (PFL-BA), indicaria o deputado Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) como relator. Não deu outra.

Minutos antes, o senador Jutahy Magalhães (PMDB-BA), o mais velho dos presidentes e presidente interino da subcomissão, havia anunciado o final da votação que apontou presidente e dois vice-presidentes. A apuração causou sensação, com os votos lidos um a um. Resultado: 11 votos para Benito Gama contra 10 para o deputado Carlos Virgílio (PDS-CE).

Para a 1ª vice-presidência, Mussa Demes (PFL-PI) obteve 10 votos contra nove para José Luiz de Sá (PL-RJ), mais dois em branco. Para a 2ª vice, venceu José Maria Eymael (PDC-SP), 11 votos, contra oito para Benito Gama, mais dois em branco.